

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

ensino

professores

reflexão

educação

impacto

ensino

prática

sentimentos

aprender

alunos

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mostrar o mundo

contexto

educacional

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Volume II

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

professores

ensino

contexto

educacional

ensino

educa

impacto

aprender

prática

sentimentos

transição

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

Anais Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Volume II

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática.
Volume II

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Anaisa Alves de Moura
Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática. Volume II / Organizadoras Anaisa Alves de Moura, Márcia Cristiane Ferreira Mendes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0463-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.637221508>

1. Educação. I. Moura, Anaisa Alves de (Organizadora).
II. Mendes, Márcia Cristiane Ferreira (Organizadora). III.
Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editores
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

O segundo volume de “Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática”, organizado por Anaísa Alves de Moura e Márcia Cristiane Ferreira Mendes continua com sua principal característica pedagógica, já presente no primeiro volume, que é a provocação sobre as questões educacionais contemporâneas. Tal intenção, ganha novos ares, inclusive, nas clássicas discussões sobre interdisciplinaridade, tema este que tem aparecido na agenda educacional nacional e internacional de forma intensa desde a década de 1990. Se, à época, o foco de discussão da interdisciplinaridade era a organização do currículo e as dimensões pedagógicas do ensinar e do aprender, podemos dizer que hoje aparecem ainda outras virtudes para se pensar a educação a partir desse paradigma. A primeira virtude tem a ver com a necessidade de compreensão dos problemas educacionais, sob uma perspectiva social. Compreender os problemas numa sociedade complexa e contraditória como a nossa, requer um esforço sociológico, uma espécie de imaginação sociológica para compreender como a educação dialoga com tantas demandas e esforços. Obviamente, quando falo do esforço sociológico não me refiro à disciplina “Sociologia”, mas a uma espécie de abordagem de compreensão da dimensão social da educação, que necessariamente requer um diálogo entre campos de saberes distintos, que devem - justamente pelo próprio sentido do termo dialogar - reconhecer suas diferenças e buscar consensos analíticos. Sim, é importante ressaltar que a educação é também uma espécie de busca de consensos em meio à diversidade - seja ela epistemológica, social ou política. Nesse sentido, a busca pela análise interdisciplinar da educação não parece ser apenas uma escolha de quem analisa (a educadora ou o educador), mas uma necessidade social (ou até mesmo um “fato social”, como tão bem gostava de defender Émile Durkheim) dada por um mundo difícil de entender, e que não pode ser resumido a apenas uma face de compreensão.

O outro ponto, ou a segunda virtude, tem a ver com os temas clássicos de tratamento do debate interdisciplinar, ou seja, aquilo que em geral nós atribuímos como objeto central da Pedagogia. Nesse escopo caberiam as discussões sobre currículo, sobre as estratégias de didáticas, as formas de compreensão das relações entre estudantes, docentes e comunidade escolar e, por fim, as discussões ligadas à aprendizagem. Nesse campo, o livro organizado por Anaísa Moura e Márcia Mendes, também traz um leque amplo de desafios, de práticas educativas e de abordagens de compreensão. Há que se destacar que a atualização do campo interdisciplinar também nos desafia a perceber certas nuances, certas características do tempo presente. Este campo, portanto, requer reinvenção interpretativa, sempre motivado pelo desafio social da prática educativa, que revela sua dimensão contraditória, criativa e desafiadora. Entendo que as leitoras e os leitores deste livro, em seu segundo volume, encontrarão não só exemplos, mas, sobretudo, tentativas

enriquecedoras de interpretação interdisciplinar dos fenômenos educacionais apresentados por autoras e autores representantes das mais variadas abordagens epistemológicas.

Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO INCLUSIVO PARA A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DO CEARÁ: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE LIBRAS

Alano de Moraes Correia

Flávio Pimentel Cavalcante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215081>

CAPÍTULO 2..... 15

A ETNOGRAFIA EM CIBERESPAÇO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PROCESSO DE APRENDIZAGEM POR ALUNOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Carlos da Silva Cirino

Giovanna Barroca de Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215082>

CAPÍTULO 3..... 28

A INFLUÊNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NO APRENDIZADO EM DIFERENTES ETAPAS DA EDUCAÇÃO

Evaneide Dourado Martins

Láis Maria Pinheiro Madeira

Joselena Lira de Albuquerque

Adriana Pinto Martins

Katiane Carlos Cavalcante

Ricélia de Moraes Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215083>

CAPÍTULO 4..... 40

ABORDAGEM GRUPAL COM MULHERES: DIÁLOGOS POR MEIO DO CÍRCULO DE CULTURA

Sanayla Maria Albuquerque Queiroz

Viviane Oliveira Mendes Cavalcante

Silvinha de Sousa Vasconcelos Costa

Thatianna Silveira Dourado

Francisco Freitas Gurgel Júnior

Alessandra Ponte de Queiroz Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANATOMIA HUMANA E O ACESSO À COMUNIDADE ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO ANATOFERA

Karlla da Conceição Bezerra Brito Veras

Francisco Ricardo Miranda Pinto

Raiara Bezerra da Silva

José Otacílio Silveira Neto

Francisca Ariadina Anário dos Santos

Yllan Carlos da Silva Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215085>

CAPÍTULO 6..... 63

CONSULTORIA EM LACTAÇÃO NOS CUIDADOS DAS INTERCORRÊNCIAS NA AMAMENTAÇÃO

Lucicarla Soares da Silva Mendes
Rafaelli Dayse Meneses Moreno
Samara Janielle Alves Morais Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215086>

CAPÍTULO 7..... 74

DESAFIOS DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Juliana Magalhães Linhares
Antonio Diego Dantas Cavalcante
Aline Alves Siridó
Thiago Mena Barreto Viana
Nayara Machado Melo
Amaury Floriano Portugal Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215087>

CAPÍTULO 8..... 86

DISCURSOS QUE SILENCIAM E CONSTITUEM-SE ENQUANTO SEGREGAÇÃO DE GÊNERO NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Michele Christiane Alves de Brito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215088>

CAPÍTULO 9..... 99

EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA: A GESTÃO ESCOLAR E O ENSINO REMOTO NUMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA (2020-2021)

Tatiana de Medeiros Santos
Ascenilma Alencar Cardoso Marinho
Maria do Socorro Crispim Araújo Furtado Wanderley
Francineide Rodrigues Passos Rocha
Fabiana de Medeiros Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372215089>

CAPÍTULO 10..... 113

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Teresa Helena Carlos Alves
Raila Souto Pinto Menezes
Francisco Freitas Gurgel Junior
Idia Nara de Sousa Veras
Francisca Júlia dos Santos Sousa
Karen Sabóia Aragão e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150810>

CAPÍTULO 11..... 123

ENSINO DA GESTÃO EM SAÚDE NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ENFERMAGEM

Inês Élide Aguiar Bezerra
Maria Eliane Ramos
Manoelise Linhares Ferreira Gomes
Natália Iara Rodrigues de Araújo
Tâmia Queiroz Lira
Liana Alcântara de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150811>

CAPÍTULO 12..... 135

ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS

Tatiana de Medeiros Santos
Fabiana Medeiros Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150812>

CAPÍTULO 13..... 148

ESTRATÉGIAS DE COMPREENSÃO DE LEITURA

Adriana Pinto Martins
Evaneide Dourado Martins
Márvilla Pinto Martins
Jucelaine Zamboni
Morgana Emny Silva Rocha
Brenda Amanda Reinaldo de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150813>

CAPÍTULO 14..... 160

EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Cláudia dos Santos Costa
Elane Maria Beserra Mendes
Emanuela Guimarães Barbosa
Fabiano Ribeiro Magalhães
Regina Maria Aguiar Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150814>

CAPÍTULO 15..... 172

GESTÃO ESCOLAR E OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Evânia Rocha de Oliveira
Márcia Cristiane Ferreira Mendes
Anaísa Alves de Moura
Maria da Paz Arruda Aragão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150815>

CAPÍTULO 16..... 184

HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: COLÔNIA E IMPÉRIO

Luciana de Moura Ferreira

Eliza Angélica Rodrigues Ponte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150816>

CAPÍTULO 17..... 192

O LUGAR DAS CRIANÇAS NOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS E TOMADAS DE DECISÃO NUMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES

Dayselane Eduardo Bianchini

Jucilene Pimentel Moreira Brandenburg

Maria Aparecida Rodrigues da Costa Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150817>

CAPÍTULO 18..... 204

O PRINCÍPIO EDUCATIVO E A PRÁTICA DOCENTE

Brenda Barbosa de Sales

Márcia Cristiane Ferreira Mendes

Maria Aparecida Alves da Costa

Francinalda Machado Stascxak

Limária de Araújo Mouta

Fernanda Mendes Cabral Albuquerque Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150818>

CAPÍTULO 19..... 215

O PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS DESAFIOS ATUAIS

Sílvia de Sousa Azevedo

Marcelo Franco e Souza

Maria Aparecida de Paulo Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150819>

CAPÍTULO 20..... 226

PERCEÇÃO DOCENTE SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MANUEL JAIME NEVES OSTERNO

Luciana de Moura Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150820>

CAPÍTULO 21..... 236

PRÁTICAS INTERVENCIONISTAS PSICOEMOCIONAIS COM PAIS DE RECÉM-NASCIDOS INTERNADOS EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA

Tamara Cosme Rodrigues Ferreira

Keila Maria Carvalho Martins

Jorge Luís Pereira Cavalcante

Francisco Leonardo Teixeira de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150821>

CAPÍTULO 22.....250

QUALIDADE DE VIDA SOB A PERCEPÇÃO DO IDOSO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Loide Cardoso Farias

Inês Élide Aguiar Bezerra

Nátilla Azevedo Aguiar Ribeiro

Martinilisa Rodrigues Araújo

Héryca Laiz Linhares Balica

Antonia Abigail do Nascimento Cavalcante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150822>

CAPÍTULO 23.....261

RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, PRÁTICAS PARENTAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS ESCOLARES

Germana Albuquerque Torres

Ana Isabelle Carlos Barbosa

Ana Ramyres Andrade Araújo

Marcio Silva Gondim

Silvia de Sousa Azevedo

Thamyles de Sousa e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150823>

CAPÍTULO 24.....273

RESSOCIALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM EM CÁRCERE: A PRÁTICA DO FUTEBOL E SUAS REPERCUSSÕES NA AGRESSÃO FÍSICA E AGRESSÃO VERBAL

Vanessa Mesquita Ramos

Adilio Moreira de Moraes

Berla Moreira de Moraes

Betânea Moreira de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150824>

CAPÍTULO 25.....284

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO-TEA: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA A PARTIR DE UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO

Ilaneide Marques Souto Bezerra

Ilani Marques Souto Araújo

Elizabeth Oliveira de Figueiredo Cruz

Carlos Natanael Chagas Alves

Francisco Marcelo Alves Braga Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63722150825>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....295

CAPÍTULO 8

DISCURSOS QUE SILENCIAM E CONSTITUEM-SE ENQUANTO SEGREGAÇÃO DE GÊNERO NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Data de aceite: 02/05/2022

Michele Christiane Alves de Brito

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande, PB, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3917049318045749>

RESUMO: A Matemática tem sido uma área de conhecimento no contexto educacional na qual encontra-se muitos obstáculos ao processo de ensino e aprendizagem, visto que uma parte considerável dos alunos evidenciam terem dificuldades e certa aversão a mesma, aspecto confirmado pelos educadores, que mencionam tal dificuldade de compreensão dos educandos, sendo postulada em alguns discursos, que seria esta, uma disciplina cujas habilidades seriam prioritariamente inatas em alunos do gênero masculino, considerando seu perfil racional, em contraponto com o aspecto emocional próprio das meninas, e nessa ótica nos propomos a pesquisar quais os fatores que perpassam por tais posturas generificadas, a partir de um estudo teórico acerca dos autores referência na área, e identificação de posicionamentos dos educadores a partir de entrevistas realizadas a partir de um questionário, aplicado com 5 professores do Ensino Fundamental I, anos iniciais, do Distrito de Catolé de Boa Vista, na cidade de Campina Grande, e seleção de atividades lúdicas que favoreçam a prática pedagógica do ensino da Matemática e que possa oportunizar a aprendizagem de todos, entendendo que não há na disciplina ou nas habilidades congênitas

a explicação pela aversão ou comprometimento da aprendizagem, mas aspectos que apontaram para o currículo, e para os discursos no contexto das aulas de matemática como elementos que estabelecem os paradigmas de gênero que têm comprometido o processo de ensino e aprendizagem desta disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Aprendizagem, Matemática, Generificação.

DISCOURSES THAT SILENCE AND CONSTITUTE THEMSELVES AS GENDER SEGREGATION IN MATHEMATICS CLASSES

ABSTRACT: Mathematics has been an area of knowledge in the educational context in which there are many obstacles to the teaching and learning process, since a considerable part of the students show difficulties and a certain aversion to it, aspect confirmed by the educators, who mention such difficulty in understanding the students, being postulated in some speeches, that this would be a discipline whose abilities would be primarily innate in male students, considering their rational profile, in contrast to the emotional aspect typical of girls, and from this point of view, we propose to research the factors that permeate such gendered attitudes, based on a theoretical study of reference authors in the area, and identification of educators' positions from interviews carried out from a questionnaire, applied with 5 teachers of Elementary School I, early years, from the District of Catolé de Boa Vista, in the city of Campina Grande, and selection of recreational activities that favor the pedagogical practice of teaching Mathematics

and that can provide opportunities for everyone to learn, understanding that there is no explanation for the aversion or impairment of learning in the discipline or in congenital skills, but aspects that pointed to the curriculum, and to the discourses in the context of mathematics classes as elements that establish the gender paradigms that have compromised the process of teaching and learning of this discipline.

KEYWORDS: Teaching, Learning, Mathematics, Gendering.

INTRODUÇÃO

O ser humano nasce e se desenvolve numa perspectiva de pertencimento social, imerso em Instituições variadas, que assumem o papel de introduzi-lo aos formatos desejáveis da sociedade vigente, num processo inerente de aquisição de valores, posturas, crenças, conceitos e padrões que ditam ou modelam o que significa “SER” homem ou mulher, grupos estes, os quais fazemos parte e que de acordo com Souza e Fonseca (2010) trazem relações generificadas que estabelecem ou são estabelecidas por questões de gênero.

Condição esta, que se perpetua, se ao indivíduo não lhes for dada a condição de uma construção identitária crítica e reflexiva, permeada pela subjetividade que lhe é inerente, atribuição da Instituição Educacional efetivamente comprometida com a formação cidadã, que deve empreender um processo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera transmissão de conteúdos, mas que permita uma construção ativa de conhecimentos que favoreça ao educando a desconstrução de paradigmas e rótulos que encarceram as possibilidades subjetivas do indivíduo e sua capacidade de SER social e não apenas de ESTAR.

Sob esta ótica, percebemos que o Ensino e a aprendizagem da Matemática, têm sido permeado por tais aspectos, em práticas de ensino generificadas, na qual os educandos são classificados enquanto possuidores ou não de habilidades para tal área do conhecimento, atribuindo ainda, ao gênero masculino, as referidas aptidões, fato que inegavelmente compromete a atuação e o desenvolvimento de aprendizagens ampliadas por parte das meninas, concepção esta, justificada pela posição restrita ao aspecto biológico, segundo o qual os meninos teriam inata em si a racionalidade essencial à aprendizagem da matemática, em oposição às meninas, que se apresentam afetuosas e concentradas, elementos que potencializariam a aprendizagem da leitura e da escrita.

E esse cenário impõe uma tensa relação dos alunos com esta disciplina, servindo de determinismo na Instituição Educacional e fora dela, a partir do qual muitos afirmam ter aversão à Matemática ou se sentirem incapazes de compreendê-la de maneira globalizada, comprometendo inclusive a escolha de profissões, pois segundo Steele (2011) conceber habilidades inatas é admitir os paradigmas que determinam quem possui ou não um lugar na Matemática, contribuindo para uma redução da participação feminina nas Ciências exatas.

A partir do exposto, nos propomos a nos debruçarmos em pesquisas que comprovem ou não tal concepção generificada do ensino da Matemática, inicialmente a partir de um levantamento literário a fim de identificar e compreender o posicionamento de autores referenciados na área, associado a entrevistas com profissionais do Ensino Fundamental dos anos iniciais, objetivando coletar dados que retratem de alguma forma a relação que professores e alunos possuem com a referida disciplina e o seu processo de ensino e aprendizagem.

Convictos do potencial educativo dos instrumentos e metodologias permeadas pela ludicidade, nos lançaremos a pesquisar e identificar atividades lúdicas, que possam promover um ensino e aprendizagem da matemática dinâmicos e contextualizados, no qual o educando encontre não apenas prazer em aprender, mas que se sinta capaz de tal, promovendo assim uma prática pedagógica equitativa.

METODOLOGIA

O referido estudo, em virtude da natureza do fenômeno a ser investigado, consistirá numa pesquisa qualitativa, método este, que “além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.” (MINAYO, 2014, p.57).

Nos referenciamos ainda, enquanto Pesquisa Pedagógica, cujos objetivos relacionam-se à compreensão e aperfeiçoamento da identidade profissional, assim como uma perspectiva de oportunização de contribuição para a melhoria da qualidade do ensino, visto ser esta, segundo Stenhouse (1975) “parte de processos mais amplos de investigação e desenvolvimento curricular fundamentados em estudos de sala de aula”. (apud LANKSHEAR; KNOBEL, p.14)

Nos debruçaremos em estudos teóricos que oportunizem uma melhor compreensão da relação dos alunos com a disciplina de matemática e seus conceitos, no sentido de compreender os elementos dos discursos e/ou atitudinais que interferem no processo de aprendizagem e que podem constituir-se enquanto silenciamento e segregação de gênero, e buscaremos através de jogos, construídos com tal propósito, propiciar oportunidades iguais para a construção dos conhecimentos e progressão do domínio de habilidades matemáticas e de raciocínio por parte dos educandos.

A INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL ENQUANTO DISSEMINADORA DA HIERARQUIZAÇÃO DE GÊNERO

A Escola representa socialmente uma Instituição de promoção da socialização e da aprendizagem de meninos e meninas, com intuito de formar cidadãos e cidadãs críticos, contudo, por vezes, instaura e perpetua padrões sociais que se configuram enquanto

hierarquizadores e excludentes, à medida que estabelece práticas pedagógicas que endossam modelos e papéis sociais vinculados ao gênero.

Avaliando os contextos históricos perceberemos que a Escola na verdade tem se prestado a um papel oposto ao que de fato deveria exercer, sendo excludente, visto que a princípio poucos tinham acesso, e mesmo depois de legislações que impunham a igualdade do acesso e da qualidade do ensino, ainda permanecem as exclusões, pois como afirma Lopes “A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.” (LOURO,1997, p.57).

Tais aspectos nos conduzem a perceber o quanto a Escola tem sido constituinte de relações de poder, embasada principalmente por modelos e paradigmas seguidos e estabelecidos por esta ou pela conjuntura social vigente, pois à medida que estabelece e normatiza padrões e condutas, não apenas exclui os que não se enquadram, mas limitam suas possibilidades e credibilidade em si mesmos, interferindo diretamente no processo de construção da identidade.

Neste contexto, nos centraremos nas determinações e exclusões existentes na Escola, sob uma perspectiva de gênero, fazendo-lhes cientes, contudo, de que gênero aqui especificado, não está restrito ao aspecto biológico, mas a “uma construção social do que se institui “masculino ou feminino” [...] produzido nas relações que se estabelecem entre mulheres e homens”(SOUZA E FONSECA 2010,p.22), elemento decisivo para que compreendamos que não mais podem ser vinculados papéis e configurações sociais que sejam padrões impostos enquanto atribuições e habilidades concernentes a um determinado gênero.

Desta forma, “a pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos.” (LOURO,1997, p.24), admitir prioritariamente, o direito do aluno e da aluna “SER”, ou seja, construir-se, utilizar-se dos conhecimentos e saberes na constituição da forma como se percebe, encontrando na Escola um ambiente facilitador das subjetividades, valorizando-as, objetivando quebrar paradigmas e abominar os rótulos tendenciosos.

Contudo, desconstruir protótipos e erradicar práticas generificadas, vincula-se a algo que precisa de estratégias que ultrapassem meros discursos e passem a atuar diretamente na essência de tais questões, ou seja, é fundamental que haja uma reorganização das práticas e conceitos estabelecidos no contexto educacional, aspectos esses que encontramos disseminados, aparentes ou ocultos nos Currículos, visto que estes:

...além de ensinar muito sobre gênero, também operam, nos mais diferentes ensinamentos, com pensamentos e raciocínios generificados que atribuem capacidades distintas a meninos e meninas, a homens e mulheres; cobram “condutas adequadas” a seu sexo e “confinam” certos/as estudantes a uma compreensão de si mesmo como faltosos, problemáticos e fora da regra.

Reconhecemos tais posturas em discursos como os que afirmam que “as meninas são sempre mais comportadas, atenciosas, organizadas e afetuosas”, em contrapartida, “os meninos são agitados, inquietos, desatentos e brincalhões”, postulações que vão além de simples adjetivos e caracterizações, mas que permeiam um currículo que a partir destas, corrobora com o fato de que as meninas por tais características, teriam mais habilidades relacionadas à leitura, enquanto os meninos, se destacariam, por seu perfil racional, na aprendizagem de conhecimentos mais exatos e que requerem raciocínio, como a matemática.

Nessa ótica refletimos que além de imposições de atitudes engessadas pelo gênero biológico, pressões são exercidas aos que não se adequam a este perfil, numa necessidade de enquadrar nos tidos “problemas de aprendizagem e/ou comportamento” pois como afirma Paraíso (2016):

[...] uma menina errar, ser “agitada” ou não saber ler e escrever é inconcebível. Ela passa a ocupar um lugar que é considerado como não sendo seu, pois o lugar da desobediência, da indisciplina, da rebeldia, da agitação, da “defasagem escolar”, do “baixo desempenho” é considerado como sendo do menino. Uma menina que não se porta na aprendizagem como esperado é considerada como possuindo um outro problema que não é da ordem pedagógica: um problema de gênero ou de doença. (p.221-222)

É fundamental, que haja uma reorganização curricular, que possa incluir e promover a equidade, sem o norteamo dos paradigmas e padrões, dando espaço e valorização às variadas representações dos educandos, visto que “desfazer, desconstruir e desmontar as formas dos currículos, os raciocínios que dividem e confinam e as verdades que aprisionam é um importante trabalho de um currículo vetor de forças e mobilizador da diferença”. (PARAÍSO, 2015, p.56)

MATEMÁTICA :UM DOM DOS MENINOS OU PRÁTICAS EQUIVOCADAS?

As questões de gênero perpassam pelas diversas dimensões sociais e humanas, adentrando ao contexto do Ensino e Aprendizagem da Matemática, através de discursos e práticas pedagógicas, veladas ou explícitas, que incorporam um posicionamento discriminatório, ao atribuir um dom inato das habilidades concernentes a tal área do conhecimento, a qual estaria estreitamente vinculado, muito mais ao gênero masculino que ao feminino. Nessa perspectiva:

As práticas de numeramento constituídas por mulheres e homens são práticas genericadas; que as mulheres e os homens se constituem como tais nessas práticas, e que os enunciados que circulam nessas práticas produzem mulheres e homens de determinado tipo e fazem com que certas práticas de numeramento se mobilizem e se constituam. (SOUZA E FONSECA, 2010, p.47)

Tal discurso baseia-se principalmente no perfil natural atribuído ao gênero feminino e masculino, no qual as meninas trariam em si uma afetividade e concentração que lhe favorecem um maior desempenho em disciplinas como Português, em atividades de leitura, mas que em contrapartida, a racionalidade, que não lhe seria inerente, subentendida enquanto referencial para o desenvolvimento de habilidades de numeramento e raciocínio lógico, seriam pertinentes aos meninos, portanto, “toda essa produção discursiva do homem racional e da mulher irracional, a inferioridade e a incapacidade feminina são dadas como verdade.”(SOUZA E FONSECA, 2010,p.60.)

A fim de nos embasarmos acerca da generificação no Ensino de Matemática, em nossa pesquisa, realizamos entrevistas, por meio de um questionário, com 5 (Cinco) professores do Ensino Fundamental I, dos anos iniciais, que lecionam no Distrito de Catolé de Boa Vista, Zona Rural do Município de Campina Grande, objetivando conhecer aspectos pertinentes à prática pedagógica do ensino de Matemática, possíveis dificuldades e a identificação dos educadores com a disciplina, entre outros aspectos.

Não obstante tenhamos tomado uma pequena amostragem de entrevistados, colhemos dados pertinentes a nossa pesquisa, e passíveis de compreensão dos discursos e paradigmas que envolvem o ensino da Matemática, como o fato de apenas um dos educadores, do gênero masculino, ter manifestado identificação com a Ciência em estudo, ao passo que as demais entrevistadas, do gênero feminino, mencionaram sua preferência pela Língua Portuguesa.

E nessa perspectiva, embora todos os educadores tenham afirmado que o domínio das competências vinculadas à Matemática, independem do gênero, os mesmos consideraram que existe em alguns educandos uma capacidade inata de desenvolvimento satisfatório na referida área de conhecimento, permitindo-lhe uma maior facilidade quanto ao raciocínio lógico e execução das atividades.

Tais elementos fornecidos por nossos entrevistados, associados ao levantamento teórico que realizamos, nos conduz a um insight acerca das informações que estão implícitas em tais discursos, que num primeiro momento apontam para a Disciplina da Matemática enquanto uma área de difícil apreensão e domínio, diferentemente das demais, no entanto:

A diferença da matemática não se deve à natureza da disciplina, como muitos acreditam. Ela se deve a algumas percepções equivocadas comuns sobre ela: que a matemática é uma matéria de regras e procedimentos, que ser bom em matemática significa ser rápido em cálculos, que ela envolve apenas certezas e respostas certas e erradas, e que a matemática só lida com números. Esses equívocos são cometidos por professores, estudantes e pais, e fazem parte da razão pela qual um ensino tradicional defeituoso e ineficaz se perpetua. (BOALER, 2018, p.29)

Nesse sentido, percebemos no fato de apenas um dos entrevistados, o do gênero masculino, ter se identificado com a Matemática, ser um indício, não de que os pertencentes

a este gênero são mais hábeis na racionalidade dita como pertencente a tal disciplina, mas que por anos ocorreu o ensino desta área do conhecimento de forma equivocada, em práticas de numeramento que se configuraram enquanto excludentes e hierarquizantes, alinhavadas pelo Currículo vigente, o qual explicita que:

[...] um raciocínio generificado conduzindo condutas e práticas nos currículos investigados, meninos e meninas recebem tratamentos distintos e cobranças diferenciadas. Ensina-se que menino é e deve ser diferente de menina. Admitem-se determinadas condutas de meninos que não se admitem das meninas. Esperam-se coisas de meninas que não se esperam de meninos. É assim, por meio de relações de poder produtivas, que condutas de meninos e meninas são produzidas, demarcadas, demandadas e divulgadas nos currículos investigados. (PARAÍSO, 2016, p.224)

Portanto, temos o Currículo enquanto um dos principais responsáveis por estabelecer e disseminar, direta ou indiretamente, o processo de generificação do ensino da Matemática, normatizando condutas dos educadores e educandos, numa proposta objetiva e racional de aprendizagem de conteúdos que objetiva a homogeneização da aquisição de competências e habilidades, incitando aversão ou sentimento de incapacidade naqueles que não conseguem se enquadrar no perfil proposto, e desta forma, temos um ensino e uma aprendizagem focada na memorização, na repetição de modelos, incorrendo na suposta redução ou eliminação dos erros nas atividades propostas, num “faz-de-conta” no qual alunos e professores cumprem seus papéis, mesmo que tal fato represente pessoas que futuramente não conseguirão empreender a Matemática em seu cotidiano, renunciando muitas vezes à escolha de uma profissionalização nesta área.

O que nos leva a crer que não há na aprendizagem da Matemática e em seus entraves, a justificativa reducionista de admitir a associação de um dom que a determine, mas que de forma indireta, mas deliberativa, encontramos no Currículo e nas equivocadas práticas pedagógicas o conflituoso relacionamento entre alunos e a referida disciplina, que se perpetua muitas vezes por uma vida, encarcerando mentes que acreditam ser incapazes para tal aprendizagem.

O BRINCAR E UMA MATEMÁTICA PARA TODOS

Convictos de que o processo de ensino e aprendizagem de Matemática tem acontecido na maioria das vezes de forma equivocada, e cientes ainda do potencial lúdico no desenvolvimento do indivíduo, ambos inerentes ao ser humano desde seus primeiros anos de vida, apostaremos nos jogos e brincadeiras enquanto subsídios para potencializar a assimilação e a equidade nesta área do conhecimento.

Numa análise histórica percebemos que os jogos sempre estiveram presentes, seja entre os primitivos, que “as crianças, nos jogos participam de empreendimentos técnicos, porque estão centrados na formação do indivíduo, e mágicos, porque a eles acrescentam

naturalmente sua capacidade de imaginação.” (ALMEIDA, 2013, p.41), seja na Idade Antiga, onde temos em Platão um dos defensores de que os primeiros anos da criança devem estar permeados pela ludicidade, e que tais jogos devem ser proporcionados, indistintamente para ambos os gêneros, tornando inclusive, o ensino e aprendizagem da Matemática mais atrativo.

Contudo, nossa pesquisa está norteada principalmente por autores como:

Piaget, wallon, Vygotsky, Chateau, Freinet, Kishimoto, Brougere, Winnicott que procuram mostrar a importância do lúdico na vida do ser humano e elevam sua posição de uma ação meramente instintiva e prazerosa para a de uma fonte de produção e reprodução do conhecimento a respeito do mundo e de si mesmo (ALMEIDA,2013,p. 20)

Os diversos autores apresentam uma concepção semelhante quanto a importância do lúdico no processo de desenvolvimento , contudo apresentando variações em relação à forma como ocorre tais construções, Winnicott assim como Vygotsky percebem a brincadeira enquanto elemento intermediário entre o meio externo e interno, onde a criança nas atividades lúdicas exploram, interagem e manipulam objetos e situações, não apenas em ações reprodutivas , mas construindo a partir destas, suas próprias representações. Nesse contexto, os aspectos lúdicos são percebidos enquanto “uma construção que se dá na realidade interior da criança, a partir da qual ela recria a realidade utilizando-se de sistemas simbólicos e de sua percepção do contexto sócio-histórico-cultural, ou seja, a realidade externa”. (ALMEIDA, 2013, p.25-26)

Tal aspecto é o que Vygotsky chama de ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal), no qual o jogo estaria no processo de aprendizagem, funcionando enquanto um mediador entre o que a criança já domina e as habilidades que ainda não apreendeu, o autor discorda veementemente de que o jogo seja apenas um instrumento de prazer e imitação das ações adultas, pois segundo ele:

[...] na brincadeira a imitação assume o papel fundamental no desenvolvimento da criança, pois, à medida que ela faz aquilo que viu o outro fazer, realiza efetivamente a atividade imitada, criando-lhe novas possibilidades e combinações. Não está, portanto, apenas copiando um modelo em uma atividade mecanicista, está construindo um nível individual próprio, a partir do que observou nos outros.

Já Piaget, embora valorize a ação lúdica no processo de desenvolvimento da criança, evidencia que há uma etapa para cada jogo, compatível com as habilidades desenvolvidas em cada fase postulada por ele, e nessa perspectiva “os jogos são meios que enriquecem o desenvolvimento intelectual [...] e se tornam mais significativos à medida que a criança se desenvolve e na manipulação se adaptam e vão assimilando por acomodação”. (ALMEIDA, 2013, p. 48-49). Seria, portanto, através dos jogos, que as crianças estabelecendo a manipulação de objetos e vivenciando situações variadas , vão adaptando e se reinventando de forma a acontecer o que ele denomina de acomodação ,

ou seja, a aprendizagem de novos conceitos e habilidades, mas para tal é necessário que sejam oferecidos jogos pertinentes a cada etapa do desenvolvimento humano, para esse teórico o jogo traria em si uma assimilação de regras que promoveriam a socialização e o aperfeiçoamento da linguagem.

No entanto, em Huizinga (1951) encontramos grande empatia em seu posicionamento, ao afirmar que o homem que joga, se constitui e constitui sua cultura humana por meio de jogos, o homem que joga na busca de prazer, de satisfação de superar limites e desafios. Jogar é atuar no espaço do desejo e da possibilidade de estar além, de ser mais, de extrapolar limites, sempre na construção de relações prazerosas no próprio viver com os outros, de troca, de provocação, de busca em direção à sua própria transcendência.

Na concepção lúdica de Huizinga, percebemos o jogo de uma forma ampliada e efetivamente pertinente enquanto facilitadora não apenas do ensino de Matemática, mas enquanto elemento que potencializa a própria construção identitária do ser, à medida que jogando o indivíduo supera seus próprios limites, concepções e adentra num campo de assimilação e compartilhamento de atitudes e valores culturais que introjeta e o faz mais hábil no cenário social no qual está inserido, percebendo inclusive o papel fundamental que a disciplina Matemática representa no mesmo.

Tais discursos corroboram com o fato de que “...não importa a classe social ou cultural onde o indivíduo esteja inserido, o jogo é um meio pelo qual as pessoas interagem, se divertem, trocam experiências e aprendem umas com as outras de uma forma muito natural. (SILVA E TEIXEIRA, 2016, p.96), visto que brincar não é um aspecto pertencente a um grupo, gênero ou raça, embora cada um tenha sua forma subjetiva de exercer e vivenciar o lúdico, mas algo que é próprio do SER humano, característica que inicia com os primeiros meses de vida e finda-se com a própria existência, sendo, portanto, excelente estratégia para o desenvolvimento e ampliação da aprendizagem.

Mas se ao mesmo tempo em que reconhecemos na ludicidade um elemento potencializador do ensino e aprendizagem de matemática, e temos nos discursos de educadores e tratados Educacionais a utilização de jogos e brincadeiras enquanto elemento metodológico que favorece tal prática pedagógica nessa disciplina, porque persistiriam as dificuldades no ensino e os baixos índices de aproveitamento nessa área, se não pelo fato de que como afirmam Silva e Teixeira (2016)

[...] a finalidade última não seria o jogo externamente concebido fora da atividade matemática, mas intentamos que cada criança ou cada jovem descubra uma energia lúdica na atividade matemática, que pode ser vista e assumida como um grande jogo que se apoia em aprendizagens e em possibilidades de redescoberta da capacidade de cada sujeito em aceitar desafios, mobilizar-se integralmente, superar-se, desenvolver novas aprendizagens e potencialidade. (p.18)

Sob tal parâmetro parece-nos evidente mais um equívoco no processo de ensino e aprendizagem da matemática, no qual o lúdico tem sido utilizado de forma simplória, como

mero instrumento de prazer e busca de concretude no ensino, na manipulação de objetos que se encerram em si mesmos, que divertem e ocupam os educandos, mas que pouco ou nada os instigam, sem permitir-lhe uma ampliação na atividade reflexiva, na busca por respostas que não estão aparentes, que requerem uma investigação e mobilização de diversos conceitos e aprendizagens de outrora, para que sejam abertos novos caminhos e possibilidades de conhecimentos, e assim se sintam desafiados a compreenderem processos e efetiva utilização dos saberes alcançados em suas vivências e experiências reais e cotidianas.

Desta forma, faz-se fundamental que repensemos a forma como estabelecer o processo de ensino e aprendizagem de matemática, cientes de que “as novas evidências da neurociência revelam que todas as pessoas, com a mensagem de ensino adequado, podem ser bem-sucedidas em matemática e todos podem ter altos níveis de aprendizagem na escola.” (BOALER, 2018, p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões de Gênero perpassam amplamente por todas as dimensões sociais, impressas em modos de conduta e em rótulos deterministas capazes de castrar o potencial humano e suas subjetividades. Aspecto tão amplamente combatido, mas que adentra na “Modernidade” enraizado no que se espera de um posicionamento de “Mulheres” e “Homens”, “Meninas” e “Meninos”.

Essa concepção reducionista ao aspecto biológico tem estado presente, inclusive, em nosso principal objeto de estudo e pesquisa, que é o ensino e a aprendizagem de Matemática, delimitando o desempenho e o domínio desta área de conhecimento a partir de postulações generificadas, nas quais as entrelinhas designam a Matemática como própria do Gênero masculino, considerada a racionalidade convergente entre ambos, o que inegavelmente compromete o desempenho e a própria credibilidade de meninas e mulheres em suas habilidades em tal disciplina.

Contudo, a partir dos estudos realizados, do conhecimento de posicionamentos de autores como Boaler, Souza, Fonseca, e entrevista com Educadores, percebemos que há um certo entrave no processo de ensino e aprendizagem da Matemática, consonantemente descrita por alunos e educadores, que além de comprometer a identificação com tal disciplina, por parte de adultos e crianças, traz certa aversão à mesma, em discursos que revelam o se sentir incapaz, ou na dificuldade de promoção da aprendizagem, mas que demonstram de uma maneira ou de outra, uma problematização pertinente a estudos e pesquisas.

Nos discursos presentes em sala de aula, no próprio currículo, extensivo aos livros didáticos, percebemos a hierarquização do ensino desta disciplina, na supervalorização do gênero masculino, o que apontaríamos como um dos primeiros equívocos causadores

da ineficiência na aprendizagem, demonstrando que a prática pedagógica, dessa área em especial, não instaura um ensino equitativo, mas pré-concebe uma aprendizagem desigual, com base na suposta aptidão de gênero, posicionamento extremamente danoso para os educandos que são concebidos como incapazes, fadados ao erro, que rotula e elimina possibilidades dentro e fora do contexto educacional, aspecto facilmente identificado ao levantarmos o quantitativo de mulheres na profissionalização das Ciências exatas.

O que sob uma análise superficial representaria a pouca identificação ou habilidade do gênero feminino com tal área de conhecimento, no entanto, podemos afirmar que desde cedo lhes fora negada a possibilidade de construir saberes de numeramento de uma forma crítica, efetiva e igualitária, que estas na verdade são fruto de práticas pedagógicas equivocadas, na qual a matemática impõe a precisão, o dualismo entre o Certo e o Errado, e aquele que erra é tido como desprovido de habilidade, rótulo assumido e internalizado por uma vida inteira.

Nessa perspectiva, nos inquietamos por apontar, se não uma solução, mas um caminho viável para minimizar o enfrentamento de tais dificuldades no ensino e aprendizagem de Matemática, e convictos da ludicidade enquanto elemento potencializador, do desenvolvimento e da aprendizagem humana, acreditamos que esta seria a forma de promoção de uma Matemática equitativa, cuja prática pedagógica envolvesse a todos, de uma forma prazerosa, na qual os educandos ocupassem o papel de sujeitos no processo de aprendizagem, se permitindo descobrir criticamente caminhos e possibilidades no mundo do numeramento, e ao mesmo tempo percebendo sentido em tais conhecimentos, à medida que os associa facilmente ao seu contexto cotidiano.

No momento em que brinca e joga, ações espontaneamente inerentes ao ser humano e ao SER CRIANÇA, há a manipulação de possibilidades diversas, nas quais errar não o torna incapaz, servindo, no entanto, de estímulo no caminho rumo às novas descobertas de saberes, que serão facilmente compreendidas visto que a experiência permeia tal construção, cujo processo sobrepõe mera decodificação ou repetição de modelos, o que permite que a subjetividade ganhe espaço na aprendizagem e que a Matemática do cotidiano se entrelace com os conteúdos ministrados em sala de aula, numa aplicabilidade que permitirá ao educando compreender e se sentir capaz no cenário de numeramento e seus desafios.

No entanto, desconstruir as práticas equivocadas do ensino de Matemática, vai além da simples associação do aspecto lúdico às mesmas, transpõe a prática pedagógica e as metodologias docentes, perpassam por questões culturais e sociais, paradigmas androcêntricos presentes em discursos tidos enquanto verdades, mas que precisam de uma reflexão crítica cotidiana e profunda por parte dos educadores, considerando serem estes formadores de cidadãos.

Nosso estudo não se finda por aqui, pelo contrário, representa a ponta do iceberg, visto que questões como as de gênero e os paradigmas que norteiam a Matemática enquanto

disciplina, requerem ainda muitas pesquisas, visando a compreensão e proposições que possam tornar o ensino e a aprendizagem nessa área de conhecimento algo equitativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação Lúdica: Teorias e práticas**. Volume 1- Reflexões e fundamentos. - 1ª ed. – São Paulo: edições Loyola, 2013.

ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação Lúdica: Jogos Pedagógicos**. Volume 3-Estratégias de ensino e Aprendizagem- 1ª ed. – São Paulo: edições Loyola, 2014.

ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação Lúdica: O sorriso da Matemática**. – São Paulo: edições Loyola, 2015.

BOALER, Jo. **Mentalidades Matemáticas: estimulando o potencial dos estudantes por meio da matemática criativa, das mensagens inspiradoras e do ensino inovador**. – Porto Alegre: Penso, 2018.

CARDOSO, Lúvia de Rezende; SANTOS, Jailma dos. **Relações de Gênero em um Currículo de Matemática para os anos iniciais: Quantos chaveiros ele tem?** In: Ensino Em Revista, v.21, n.2, p.341-352, jul./dez. 2014.

DANTE, Luiz Roberto. **Ápis matemática, 4º ano: Ensino Fundamental, anos iniciais**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2017.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MYNAIO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. – Petrópolis RJ. Vozes, 26ª edição, 2002.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de Método na Construção da Pesquisa em Educação**. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta)

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ; Vozes, 1997.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Um Currículo entre Formas e Forças**. Rev.Educação (Porto Alegre, impresso), v.38, n.1, p.49-58, Jan.-abr.2015.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículo e Relações de Gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender**. Revista Linhas. Florianópolis, v.17, n.33, p.206-237, Jan.-abr.2016.

ROLIM, Amanda Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. **Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil**. Rev. Humanidades, Fortaleza, v.23, n.2, p.176-180, jul./dez.2008.

SILVA, Américo Junior Nunes; TEIXEIRA, Heurisleides Sousa. **Ludicidade, Formação de Professores e Educação Matemática em Diálogo**. – 1ª ed. – Curitiba, Appris, 2016.

SOUZA, Deise Maria Xavier de Barros; SILVA, Marcio Antonio da. **Questões de Gênero no Currículo de Matemática: atividades do Livro Didático**. Educ. Matemática. Pesq., São Paulo, v.19, n.3, pp.374-392,2017.

SOUZA, Maria Celeste R. F.; FONSECA, Maria da Conceição F. R.. **Relações de gênero, Educação Matemática e discurso: enunciados sobre mulheres, homens e matemática** – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SULEIMAN, Amal Rahif. **O Jogo e a Educação Matemática: Um Estudo sobre as Crenças e Concepções dos Professores de Matemática quanto ao Espaço do Jogo no Fazer Pedagógico**. São Paulo, 2008.

VYGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente**. Fontes Editora Ltda, 4ª edição, São Paulo,1991.

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

professores

ensino

contexto

educacional

ensino

educação

impacto

aprender

prática

sentimentos

aprender

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

compartilhar

sentir

crescimento

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022

Volume II

conhecimento

interdisciplinaridade

crítica

aprendizagem

experiência

ensino

professores

educação

impacto

contexto

ensino

reflexão

prática

sentimentos

aprender

alunos

agir

emoções

transformação

aprender

dificuldades



teoria

mudar o mundo

teoria

educacional

compartilhar

sentir

crescimento



EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE:

Teoria e prática

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  @atenaeditora
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2022

Volume II